

## RESUMO

*A qualidade do português enquanto língua da área da Educação encerra, em Cabo Verde, uma polivalência que engloba elementos de vantagem, entrave e desafio, resultante do seu carácter simultaneamente não estrangeiro e não materno. A vantagem prende-se com a larga tradição que a língua portuguesa tem como língua de ensino em Cabo Verde e, também, com o facto de a Educação em Cabo Verde integrar um espaço linguístico comum partilhado por mais sete países. O entrave é constituído pelo eclipse da língua materna em contexto escolar, a imersão dos educandos, regra geral crianças, num mundo que funciona numa outra língua. Veicular uma área tão importante como a Educação numa língua que, por norma, não é materna, consubstancia, por fim, um desafio.*

# O PORTUGUÊS ENQUANTO VEÍCULO DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE – UMA POLIVALÊNCIA ENTRE VANTAGEM, ENTRAPE E DESAFIO

**Hans-Peter Heilmair**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)

Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA)

103

PALAVRAS-CHAVE: PORTUGUÊS, EDUCAÇÃO, CABO VERDE, DESAFIO

A questão do português em Cabo Verde, nomeadamente na área da Educação, terá que ser vista sob o ângulo da afirmação da identidade e da garantia da comunicabilidade, interna, primeiro, mas também em relação ao exterior, e nunca pode ser desvinculada, por isso mesmo, da existência do crioulo.

Assim, a abordagem da temática da língua portuguesa no ensino implica que nos pronunciemos acerca do bilinguismo enquanto postulado e na perspectiva do relacionamento entre crioulo e português.

Olhando para a evolução mais recente do quadro linguístico de Cabo Verde, fora a presença de línguas terceiras, verificamos que tanto o crioulo como o português estão a avançar para a conquista de variedades que, ao longo da história das ilhas, se mantiveram domínio quase exclusivo da respectiva outra língua – o crioulo vai conquistando as variedades da linguagem formal, ou de distância, domínio tradicional do português, enquanto este vai entrando pelo campo da linguagem informal, ou de proximidade<sup>1</sup>, domínio desde sempre do crioulo.

Esta dinâmica existe porque, nas condições da independência nacional, os valores próprios da cultura cabo-verdiana deixam de ser negados como tais pelo regime político, ao mesmo tempo que este deixa de encarar o português como instrumento de segregação social e cultural.

<sup>1</sup> Quanto à definição das variedades de proximidade e de distância no diassistema da língua, cf. Heilmair, 2008: 816-818.

Quanto ao primeiro aspecto, esta cultura já não é vista no seu conjunto como uma expressão regional da cultura portuguesa, nem o crioulo é definido como dialecto do português. É, portanto, natural que seja desencadeado um processo de afirmação e de promoção do crioulo, língua materna generalizada da população desde a sua génese, como língua cabo-verdiana de pleno direito. A dialéctica de afirmação e promoção, em que esta tende a impulsionar e institucionalizar aquela que, por seu lado, constitui a realidade fundamental que a alimenta, está sujeita a condicionalismos que relevam de opções políticas de conveniência, do peso da tradição, etc., o que faz com que este processo não seja de todo linear.

Desde as propostas do *I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde*, realizado no Mindelo em 1979, visando a introdução do crioulo no ensino, a criação de um alfabeto fonético-fonológico e outras medidas, a fim de o crioulo se poder tornar língua oficial ao lado do português, o processo da sua afirmação, tendo conhecido recuos e avanços, levou até hoje ao ponto de se institucionalizar uma ortografia (o ALUPEC – Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano)<sup>2</sup>, de se legislar sobre a preparação legal para a introdução do ensino do crioulo<sup>3</sup> e de se discutir, a nível do poder legislativo, a implementação do carácter oficial do crioulo enquanto língua de Cabo Verde.

Por outro lado, está em curso um processo de expansão do português a nível da sociedade, fruto do aumento da taxa de escolaridade (que por si só não faz com que o uso do português nos alunos extravase o meio escolar) e da crescente divulgação dos meios de comunicação, nomeadamente a televisão e a Internet.

Este último ponto merece, aliás, um reparo. Os meios de comunicação, incluindo a imprensa, assim como também a literatura, constituem em Cabo Verde, à partida, um domínio da língua portuguesa. Se o crescimento simultâneo da literacia e da divulgação mediática e literária leva a um aumento relativo do número de falantes e de situações de emprego do português, a expansão do crioulo ocorre também nesses mesmos campos. Fala-se e escreve-se (também) crioulo no Parlamento, nas repartições públicas, na rádio, nos livros, na prática também na escola, ao mesmo tempo que o português, continuando maioritário nesses espaços, se torna acessível a um grupo cada vez maior de indivíduos.

Concluindo: mantém-se a situação em que o crioulo é a língua materna da generalidade das pessoas, sendo o português a segunda língua de um número crescente de pessoas. No entanto, a coexistência de português e crioulo num número crescente de domínios, que se afigura como uma potencial primeira fase de criação de um bilinguismo a substituir gradualmente a diglossia até agora prevalecente, evidencia um contágio mútuo que tanto vem contribuindo para a descrioulização como para a desfiguração do português, assunto a que voltaremos mais adiante.

---

**2** Decreto-lei de 22.01.2009.

**3** Encontra-se publicada, no nº 9 do *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, de 08.03.2010, uma Lei de Autorização Legislativa (Lei nº 54/VII/2010), que autoriza o governo a rever a Lei de Bases do Sistema Educativo. No seu artigo 2º extensão 1b, esta proposta de lei estipula “a introdução no sistema educativo do ensino e aprendizagem da escrita da língua nacional cabo-verdiana, bem como o aprofundamento do seu conhecimento e afirmação, enquanto património cultural dos cabo-verdianos”.

Nesta encruzilhada das rotas de conquista de espaço das duas línguas encontra-se a Escola, como elo que liga o meio familiar, íntimo, coloquial ao meio público, formal e que abre horizontes a um mais vasto universo de conhecimento e comunicação. A área da Educação, em Cabo Verde, tem sido um reduto da língua portuguesa, o que parece óbvio se atendermos ao carácter formal que o ensino assume, e ao facto de se tratar de uma iniciativa empreendida pela Igreja, primeiro, e cada vez mais pelo Estado, mais tarde, entidades portadoras de conteúdos e objectivos veiculados em grande parte, no caso da Igreja, e integralmente, quanto ao Estado, na língua colonizadora.

Embora medidas de ensino estejam presentes em Cabo Verde desde os primórdios da ladinização, quando, nos porões dos navios que transportavam para as ilhas de Santiago e, mais tarde, também do Fogo os escravos recrutados na vizinha costa africana, estes eram baptizados e instruídos, de forma rudimentar, na doutrina cristã<sup>4</sup>, a introdução sistemática do ensino só se verifica a partir de meados do século XIX. Até essa altura, o ensino reduzia-se a iniciativas pontuais da Igreja que procuravam, para além da difusão da fé cristã, colmatar a falta recorrente de quadros eclesiásticos nas ilhas. É de crer que, para isso, visando resultados eficazes, se tenha recorrido ao crioulo como língua de instrução<sup>5</sup>, embora haja também referências a professores de latim a integrarem o cabido da Ribeira Grande (Santiago) a partir de 1555<sup>6</sup>, sendo presumível a existência, nas fazendas rurais, de “um agente da Igreja, na catequese, ensino das primeiras letras e rudimentos da língua portuguesa” (Carreira, 1984: 141).

Estas medidas empreendidas durante os primeiros quatro séculos de colonização não foram de molde, no entanto, a criar um significativo espaço comunicacional onde predominasse o português. Este encontrava-se limitado ao uso estritamente oficial, enquanto a comunicação oral, mesmo entre as pessoas instruídas incluindo representantes da potência colonial, decorria em crioulo.

A discriminação social e cultural baseada na língua surge apenas com a introdução sistemática do ensino oficial, criando-se dezenas de escolas básicas, após a criação da *Escola Principal* na ilha Brava, em 1847, do efémero *Lyceu Nacional* na cidade da Praia, em 1860 e, como ponto marcante, do *Seminario-Lyceu* na ilha de S. Nicolau, em 1866, com largas consequências para o nascimento de uma primeira geração de intelectuais cabo-verdianos. A instituição do ensino oficial em Cabo Verde fixa, ao mesmo tempo, o português como língua exclusiva, “estranha à prática social” (Duarte, 1998: 156), como realça Dulce Almada Duarte, ao passo que “o crioulo era marginalizado social e culturalmente, ainda que fosse de facto a língua de unidade de todos os cabo-verdianos, língua de identidade nacional” (*ibid.*: 156) [numa perspectiva de antecipação da independência política pela cultural – Aut.].

O que começa por constituir uma alienação cultural de uma elite emergente e uma discriminação social, acaba por ganhar uma componente vantajosa na medida em que a partir do uso do português por essa mesma elite, criando, na literatura, em torno da revista *Claridade* (1936-60) um

---

<sup>4</sup> Quanto à prática da ladinização, cf. Carreira, 1983: 271-294.

<sup>5</sup> Cf. Duarte, 1998: 250.

<sup>6</sup> Cf. Carreira, 1984: 140.

“português literário de Cabo Verde”<sup>7</sup>, e dando à luz numerosos ensaios que dignificam a cultura cabo-verdiana, se prefigura uma absorção cultural do elemento português no contexto cabo-verdiano, fazendo-o integrar o todo desta cultura. Assim, também a língua portuguesa, como toda a herança cultural portuguesa, acaba por ser assumida pelo povo cabo-verdiano. Torna-se, assim, lógico que a promoção do português, que deve abranger, naturalmente, a área do Ensino, é do interesse da nação cabo-verdiana.

A vantagem da existência do português como língua de ensino de Cabo Verde advém-lhe da tradição que vem mantendo nesta área desde o início da colonização, uma língua que tem pertencido a Cabo Verde e que tem marcado, particularmente, a sua Escola, veiculando, desde a Independência, os valores da cultura cabo-verdiana (numa acepção abrangente das potencialidades existentes).

Acresce a esta vantagem o facto de se tratar, no português, de um espaço linguístico comum partilhado por mais sete países, com as respectivas oportunidades de intercâmbio e propagação, e ao qual Cabo Verde se encontra ligado por laços históricos e culturais.

Para se poder caracterizar como inequivocamente vantajoso o facto de a língua de escolarização em Cabo Verde ser o português teria que existir uma situação de verdadeiro bilinguismo, já que a *língua de berço* é, indubitavelmente, o crioulo. Tal situação não se verifica até hoje, pois o processo de propagação do português, tendo embora produzido algum alargamento das situações e das variedades em que é utilizado, está longe de criar espaços de contacto familiar e social onde o português exista como veículo de comunicação disponível como alternativa ao crioulo. Assim, continua cabalmente pertinente a questão formulada por Dulce Almada Duarte em 1978: “Com efeito, cerca de 90% das crianças em idade escolar provêm de meios onde não se fala português. Nessas condições, como poderão assimilar correctamente as noções ministradas numa língua que é quase estrangeira para elas?” (Duarte, 1978: 69).

A ocupação de todo o espaço linguístico da área do Ensino pela língua portuguesa revela-se, pois, um entrave ao pleno desenvolvimento cognitivo dos que integram a comunidade discente, ao mesmo tempo que a ausência do meio escolar da língua materna que define esta comunidade e a sociedade em geral, o crioulo, desvirtua os desígnios inicialmente formulados, a dizer, a afirmação da identidade e a garantia da comunicabilidade – nas palavras de Ana Josefa Gomes Cardoso, o crioulo é “a língua utilizada para descrever e veicular toda a substância do rico e vasto património oral existente em Cabo Verde e de toda a mundividência caboverdiana” (Cardoso, 2006: 60).

Introduzir o crioulo no Ensino será uma tarefa incontornável quando se quer salvaguardar estes desígnios, fazendo também jus ao estipulado no artigo 23º da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* onde, no ponto 2, se lê: “O ensino deve contribuir para a manutenção e o desenvolvimento da língua falada pela comunidade linguística do território onde é ministrado”<sup>8</sup>. A citada Lei de Autorização Legislativa (ver nota 3) refere explicitamente a introdução do ensino do crioulo, não em crioulo. No entanto, o crioulo

<sup>7</sup> Cf. Heilmair, 1992: 103-118.

<sup>8</sup> *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, PEN Internacional com o patrocínio da UNESCO.

tem vindo, paulatinamente, a substituir o português em contexto de aula, nomeadamente nos primeiros anos de escolarização e nas situações que requerem mais sensibilidade didáctica.

De referir que, num contexto comparável entre tétum e português, o Conselho Nacional de Educação, que funciona como órgão consultivo junto do Ministro de Educação de Timor Leste, está empenhado, segundo Isabel Feijó, em “discutir e delinear uma estratégia que permita melhorar o desempenho escolar das crianças” (Feijó, 2010: s/ página) perante a situação de vigência de uma Lei de Bases da Educação, “onde se afirma que o português e o tétum são as línguas de ensino do sistema educativo (artigo 8º)” (*ibid.*)<sup>9</sup>.

Como sublinha Rico M. Cathomas, partindo da situação das escolas no cantão suíço de Grisões situadas em territórios onde o retorromano é língua minoritária frente ao alemão, sendo, no entanto, língua de ensino nalgumas disciplinas:

Wird eine zweite Sprache als Unterrichtssprache angeboten, ist die Stundendotierung meistens bedeutend höher, als wenn die Sprache lediglich als Fach unterrichtet wird. Der innerschulische Sprachkontakt steigt und mit ihm die Relevanz der Sprache, weil sie dadurch ein wichtiges Instrument zur Bewältigung der Domäne ‘Schule’ ist (...). Damit erhält die Sprache auch einen höheren Status, d.h., das Prestige der Sprache nimmt zu<sup>10</sup> (Cathomas, 2005: 80).

107

À parte as diferenças fundamentais entre aquele cantão da Suíça e Cabo Verde no que respeita ao nosso tema, são de reter, para o caso de Cabo Verde, as afirmações relacionadas com o aumento do contacto linguístico em meio escolar e do reforço do prestígio da língua em posição mais fraca. O crioulo encontra-se nesta posição frente ao português, porque carece, por enquanto, de variedades de distância plenamente constituídas.

Se o ensino do e também em crioulo corresponde ao postulado de uma afirmação assumida da identidade cabo-verdiana a nível linguístico, ao português terá que caber uma perspectiva que permita aproveitar efectivamente as referidas vantagens da sua presença histórica no processo educativo de Cabo Verde. Cedendo necessariamente espaço ao crioulo, o português deve ser ensinado, desde o início da escolaridade, como segunda língua. Eis a terceira vertente da avaliação da presença do português no ensino de Cabo Verde, o desafio que tal reformulação consequente consubstancia. Desafio, aliás, que se estende à introdução do crioulo no ensino, onde devem ser aproveitados os recursos às potencialidades intrínsecas da construção textual em crioulo, manifestas nos vários exemplos de recolha da tradição oral<sup>11</sup> e nas obras literárias em crioulo que têm sido publicadas num ritmo

---

<sup>9</sup> Trata-se da Lei nº 14/2008 de 29 de Outubro.

<sup>10</sup> Tradução (minha): “Com a oferta de uma segunda língua como língua de ensino, a carga horária sobe, regra geral, em relação à verificada com a presença desta língua apenas como disciplina. O contacto linguístico dentro da escola aumenta, e com ele a relevância da língua, pois ela torna-se assim um importante instrumento para enfrentar o domínio «escola»(...). Isso confere àquela língua um estatuto mais elevado, isto é, o prestígio da língua aumenta”.

<sup>11</sup> Cf. a obra exaustiva de T.V. da Silva, nomeadamente *Na bóka noti*, relacionada com esta temática (ver bibliografia).

crescente. Isto porque às interferências mútuas entre as duas línguas, sendo inevitáveis, não deve ser permitido que levem a uma descaracterização dificilmente recuperável das duas línguas.

Esse “caso interessante de conluio linguístico e de mútuo culturalismo que se vem processando entre a Língua cabo-verdiana e a Língua portuguesa” (Ferreira, 2006), nas palavras de Ondina Ferreira, e que é evidenciado nas múltiplas transposições para o crioulo de traços da língua portuguesa presentes na actualidade das ilhas através dos mais diversos meios de comunicação, pode ter um desfecho fatal para o carácter identitário da língua cabo-verdiana. O português, por sua vez, ficaria na penumbra entre uma absorção parcial por um crioulo de contornos cada vez menos nítidos e uma persistência parcial como língua importada.

O desafio não é de impedir o contacto e o mútuo enriquecimento entre português e crioulo, mas a criação, e nisto a Educação assume uma importância decisiva, de instrumentos que promovam o uso consciente e diferenciador das duas línguas em Cabo Verde para que, voltando à proposta inicial, a presença do português na Educação em Cabo Verde possa ser vista inequivocamente como uma mais-valia.

## REFERÊNCIAS

Cardoso, Ana Josefa Gomes (2006). *As interferências linguísticas do caboverdiano no processo de aprendizagem do português*. Tese de mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.

Carreira, António (1984). *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*. 2ª ed., Lisboa, Ulmeiro.

Carreira, António (1983). *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. 2ª ed., Praia, Instituto Caboverdeano do Livro.

Cathomas, Rico M. (2005). *Schule und Zweisprachigkeit – Immersiver Unterricht: Internationaler Forschungsstand und eine empirische Untersuchung am Beispiel des rätoromanisch-deutschen Schulmodells*. Münster, Waxmann Verlag GmbH.

*Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1996). Barcelona, PEN Internacional.

Duarte, Dulce Almada (1998). *Bilinguismo ou diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*. Praia, Spleen Edições.

Duarte, Dulce Almada (1978). “A problemática da utilização das línguas nacionais: Língua, nação, identidade cultural”, *Raízes*, 5/6, 35-80.

Feijó, Isabel (2010). “Transparência e clareza”, in *Uma Lulik* (Timor Leste) – ([www.umalulik.blogspot.com](http://www.umalulik.blogspot.com) [15.05.2010]).

Ferreira, Ondina (2006). “A língua portuguesa e a língua cabo-verdiana”, *Expresso das Ilhas*, 25.10.2006, 8.

Heilmair, Hans-Peter (2008). “Um olhar sobre o devir da literalidade do crioulo”, in *O ano mágico de 2006 – Olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 813-838.

Heilmair, Hans-Peter (1992). *Die Entwicklung der kapverdischen Lliteratur im soziokulturellen Kontext*. Tese de doutoramento, Frankfurt am Main, Verlag Teo Ferrer de Mesquita / Domus Editoria Europaea.

Silva, T.V. da (2008). *Na bóka noti – III*. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Silva, T.V. da (2007). *Na bóka noti – II*. Praia, Instituto da Investigação e do Património Culturais.

Silva, T.V. da (2004) [1987]. *Na bóka noti – I*. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Ministério da Educação e Cultura (1979). *Actas do I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde* (“Colóquio do Mindelo”). Praia, Ministério da Educação e Cultura.